

CONCORRÊNCIA SMAC Nº [•]/2025

CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À VISITAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA E DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES

ANEXO X – GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

1. DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para fins do EDITAL e de seus ANEXOS, bem como do CONTRATO e dos ANEXOS, ou de qualquer outro documento que deva ser fornecido no âmbito do CONTRATO, os termos listados a seguir, quando empregados no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados constantes desta subcláusula:

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ADJUDICAÇÃO	Ato pelo qual a autoridade competente do PODER CONCEDENTE conferirá ao LICITANTE vencedor o OBJETO da LICITAÇÃO.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE à qual foi adjudicado o OBJETO da LICITAÇÃO.
ANEXOS	Documentos que acompanham o EDITAL e o CONTRATO, fazendo parte integrante deste.
ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS	Área indicada no ANEXO II - CADERNO DE ENCARGOS na qual deverá ser executado o OBJETO da CONCESSÃO.
BENS REVERSÍVEIS	Todos os bens móveis e imóveis cedidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA ou por essa adquiridos, indispensáveis à continuidade da prestação dos SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS, e que reverterão ao PODER CONCEDENTE ao término do prazo da CONCESSÃO, conforme previsto em cláusulas específicas no CONTRATO.
CADERNO DE ENCARGOS	Anexo ao EDITAL que define as diretrizes relativas aos investimentos da CONCESSÃO, operação dos PARQUES, os SERVIÇOS que serão disponibilizados aos USUÁRIOS, bem como diretrizes para o planejamento e suporte gerencial, prazos, ENCARGOS ACESSÓRIOS, diretrizes quanto aos projetos, obras e o cronograma geral dos planos.
CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR	Significa o evento extraordinário, imprevisível, inevitável e irresistível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, alheio às PARTES, cujos efeitos retardadores ou impeditivos da execução contratual não eram possíveis evitar ou impedir, provenientes de atos humanos nos casos fortuitos, tais como, sem limitação, atos de guerra, hostilidades ou invasão, subversão, protestos, rebelião, ou terrorismo, e, fatos alheios à vontade humana, na força maior, tais como, sem limitação, epidemias, radiações atômicas, fogo, raio, graves inundações, chuvas mensais com média superior aos últimos 10 (dez) anos do respectivo mês, ciclones, tremores de terra e outros cataclismas naturais, que diretamente afetem as atividades compreendidas na CONCESSÃO em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
CCPAR	Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos, empresa de economia mista CONTROLADA pelo MUNICÍPIO.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou COMISSÃO	Comissão instituída pela Portaria nº [•], publicada no Diário Oficial em [•], e que será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir todos os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
CONCESSÃO	Concessão para a prestação de serviços públicos, outorgada à CONCESSIONÁRIA pelo prazo e condições previstos no CONTRATO.
CONCESSIONÁRIA	SPE signatária do CONTRATO, constituída de acordo com o disposto no EDITAL e em seus ANEXOS, sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de exploração da CONCESSÃO e a exploração das FONTES DE RECEITAS e das RECEITAS ACESSÓRIAS
CONSÓRCIO	Reunião de duas ou mais pessoas jurídicas e/ou fundos, segundo os termos do art. 15, da LEI DE LICITAÇÕES e arts. 278 e 279, da Lei Federal nº 6.404/76, para fim específico de participar da LICITAÇÃO objeto deste EDITAL.
CONSORCIADA	Sociedade, fundo e/ou pessoa jurídica integrante de CONSÓRCIO.
CONSELHO CONSULTIVO	Órgão colegiado, de caráter consultivo, criado pelo Decreto Municipal nº 30.031/2008, com a finalidade de contribuir para a formulação, atualização e aperfeiçoamento das políticas públicas e programas municipais voltadas para a aplicação, no âmbito do PARQUE, da política nacional, estadual e municipal do meio ambiente, bem como para a promoção do gerenciamento participativo integrado.
CONTRATO	Instrumento jurídico a ser firmado entre as PARTES, que regula os termos da CONCESSÃO DE USO, conforme o ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO
CONTROLADA	Qualquer sociedade, fundo ou pessoa jurídica cujo controle é exercido por outra pessoa, física ou jurídica, ou fundo de investimento.
CONTROLADORA	Qualquer pessoa, natural ou jurídica, ou fundo de investimento que exerça controle sobre outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.
CONTROLE	O poder detido por pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum para, isolada ou conjuntamente, (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar, conforme o caso; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar;
CRONOGRAMA	Cronograma contendo a relação e ordem dos principais atos da LICITAÇÃO, constante do item 24 do EDITAL.
DATA DA ORDEM DE INÍCIO	Data a partir da qual será iniciada a execução do OBJETO, conforme ordem a ser exarada por escrito pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, depois de publicado o extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES	Quando deverão ser entregues os ENVELOPES contendo a GARANTIA DE PROPOSTA e a PROPOSTA ECONÔMICA das LICITANTES.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Conjunto de documentos arrolados no presente EDITAL, destinados a comprova, dentre outros, a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, a qualificação econômico-financeira e a capacidade técnico-operacional das LICITANTES que deverão ser apresentados pela LICITANTE mais bem classificada.
EDITAL	O EDITAL e os ANEXOS da Concorrência CO SMAC nº [•]/2025.
ENCARGOS ACESSÓRIOS	O custeio e implementação de iniciativas e atividades inseridas nos MACROTEMAS definidos conforme ANEXO II – CADERNO DE ENCARGOS.
ENCARGOS DE GESTÃO	Valor a ser pago ao PODER CONCEDENTE conforme regras do CONTRATO em função das atividades de sua competência realizadas.
ENDEREÇO ELETRÔNICO	E-mail de comunicação oficial desta LICITAÇÃO, correspondente ao endereço informacao@ccpar.com.br .
ENTIDADE GESTORA	Significa a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR, responsável pela gestão e fiscalização das atividades da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS.
ENVELOPE Nº 1	Envelope contendo os documentos relativos à GARANTIA DE PROPOSTA da LICITANTE.
ENVELOPE Nº 2	Envelope contendo a PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE.
ENVELOPE Nº 3	Envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE.
ENVELOPES	Denominação, em conjunto, do ENVELOPE Nº 1, do ENVELOPE Nº 2 e ENVELOPE Nº 3.
FATOR DE DESEMPENHO ou FD	Valor calculado entre 0 (zero) e 1 (um) em função do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução do OBJETO, medido conforme os indicadores de desempenho do ANEXO V - SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO.
FINANCIAMENTO	Todo e qualquer financiamento eventualmente concedido à CONCESSIONÁRIA, na forma de dívida, para cumprimento das suas obrigações no âmbito do CONTRATO;
FONTES DE RECEITAS	São aquelas provenientes da exploração de atividades econômicas relacionadas ao OBJETO do CONTRATO
GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	A garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA, a ser prestada e mantida em favor do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.
GARANTIA DE PROPOSTA	Garantia pecuniária prestada pelos LICITANTES, nos termos do EDITAL.
HOMOLOGAÇÃO	Ato que representa a aceitação da PROPOSTA ECONÔMICA apresentada pela LICITANTE VENCEDORA.

INDICADOR DE DESEMPENHO	Conjunto de metas, padrões de qualidade, formas de aferição e periodicidade para avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, conforme disposto no CONTRATO, em especial no seu ANEXO V – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO.
INVESTIMENTOS OPCIONAIS	Os investimentos adicionais aos obrigatórios propostos pela CONCESSIONÁRIA, cujo fluxo de aprovação está descrito no ANEXO II – CADERNO DE ENCARGOS.
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	Os investimentos que constituirão obrigações da futura CONCESSIONÁRIA, conforme delimitado pelo ANEXO II – CADERNO DE ENCARGOS.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	Significa a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, as leis federais, estaduais e municipais, as normas infra legais e as demais normas aplicáveis, conforme vigentes, ao PODER CONCEDENTE, à CONCESSIONÁRIA, à CONCESSÃO ou as matérias tratadas no CONTRATO, conforme o caso.
LEI DE CONCESSÕES FEDERAL	Significa a Lei Federal nº 8.987/95 e suas posteriores alterações.
LEI DE CONCESSÕES MUNICIPAL	Significa a Lei Complementar nº 37/98 e suas posteriores alterações.
LEI DE LICITAÇÕES	Significa a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.
LICITAÇÃO	O procedimento de seleção da Concorrência CO SMAC nº [•]/2025.
LICITANTE	Significa a pessoa jurídica isolada ou o CONSÓRCIO que participe desta LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	A LICITANTE que, na SESSÃO PÚBLICA, ofereceu a PROPOSTA ECONÔMICA ou lance correspondente ao maior valor de OUTORGA FIXA.
MACROTEMAS	Temas de interesse social e ambiental pertinentes aos PARQUES objeto da CONCESSÃO e seu entorno, para os quais deverá ser destinada uma fração das receitas obtidas para investimentos diretos da CONCESSIONÁRIA, conforme disciplinado no CONTRATO e no ANEXO II – CADERNO DE ENCARGOS.
OBJETO	Concessão para prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, operação, manutenção e conservação do PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA e PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES.
OPERAÇÃO ASSISTIDA	Período durante o qual a CONCESSIONÁRIA está autorizada a realizar um amplo processo de reconhecimento para familiarizar-se completamente com as operações, a estrutura organizacional, os CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES e os USUÁRIOS.
ORDEM DE INÍCIO	Ordem a ser exarada por escrito pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, observadas as condições para sua implementação previstas no CONTRATO, a partir do qual será contada a vigência da CONCESSÃO.

OUTORGA FIXA	Valor ofertado por cada LICITANTE em contrapartida à outorga da CONCESSÃO, estabelecido em sua PROPOSTA ECONÔMICA, observados os parâmetros mínimos e forma de pagamento estabelecidos no EDITAL e em seus ANEXOS.
OUTORGA VARIÁVEL	Percentual da receita operacional bruta das receitas auferidas a partir das FONTES DE RECEITA obtidas pela CONCESSIONÁRIA, devida ao PODER CONCEDENTE, conforme disciplinado pelo CONTRATO.
PARQUES CARIOCAS	Programa lançado pela gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro, que tem por objetivo revitalizar os parques urbanos e os PARQUES NATURAIS da cidade, apresentando uma marca e uma identidade visual unificada.
PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA ou PNMBB	O Parque Natural Municipal Bosque da Barra, conforme o ANEXO II - CADERNO DE ENCARGOS.
PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES ou PNMCM	O Parque Natural Municipal Chico Mendes, conforme o ANEXO II - CADERNO DE ENCARGOS.
PARQUES	Os parques que fazem parte do OBJETO da CONCESSÃO, quais sejam: PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA e PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES.
PARTES	O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, quando referidos conjuntamente.
PARTES RELACIONADAS	Pessoa jurídica integrante do mesmo grupo econômico da CONCESSIONÁRIA, pessoa física que guarde parentesco até quarto grau com qualquer dirigente da CONCESSIONÁRIA ou qualquer pessoa, física ou jurídica, que exerça ou possa exercer, de alguma forma, influência significativa sobre a CONCESSIONÁRIA ou vice-versa;
PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA CONCESSÃO	Período de até 90 (noventa) dias para a transição das operações dos PARQUES e prestação dos serviços, durante o qual a CONCESSIONÁRIA executará o PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL, podendo acompanhar a gestão dos PARQUES pelo PODER CONCEDENTE e tendo acesso livre à ÁREA DA PESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS, bem como aos documentos e processos relacionados à OPERAÇÃO dos PARQUES.
PLANO DE MANEJO	Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais da unidade de conservação, foi estabelecido o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão do PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA e do PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES.
PLANO DE NEGÓCIOS ESPECÍFICO	Plano de negócios elaborado para exploração RECEITAS ACESSÓRIAS, diretamente ou mediante a celebração de contratos com terceiros, em regime de direito privado, o qual dependerá de autorização pelo PODER CONCEDENTE.

PLANO DE OPERAÇÃO	Plano contendo os serviços e atividades obrigatórias e opcionais realizadas nos PARQUES, para execução do OBJETO da CONCESSÃO, nos termos do ANEXO II - CADERNO DE ENCARGOS.
PLANO DE SEGUROS	Documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO e ANEXOS, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante o PRAZO DA CONCESSÃO, e dos demais seguros que a CONCESSIONÁRIA pretende, a seu critério, contratar, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL	Documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo PODER CONCEDENTE, que contém o planejamento para a transição e a assunção dos PARQUES pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter as medidas operacionais que as PARTES devem realizar, cronograma, regras para a CONCESSIONÁRIA acompanhar a operação pelo PODER CONCEDENTE e outras ações necessárias para serem realizadas previamente ao início da operação dos PARQUES pela CONCESSIONÁRIA;
PODER CONCEDENTE	A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima.
PROPOSTA ECONÔMICA	Proposta a ser apresentada por cada LICITANTE, no âmbito do ENVELOPE A, de acordo com os termos e condições do EDITAL e seus ANEXOS, e que deverá conter o valor de OUTORGA FIXA ofertado pela LICITANTE.
RECEITAS	Compreende as FONTES DE RECEITA e as RECEITAS ACESSÓRIAS a serem exploradas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	Consiste em toda e qualquer receita operacional bruta, inclusive as RECEITAS DA CONCESSÃO, auferida pela CONCESSIONÁRIA, suas eventuais subsidiárias integrais, não considerada a incidência dos tributos devidos.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas indiretamente relacionadas à execução do OBJETO, cuja exploração pela CONCESSIONÁRIA está sujeita ao regramento previsto no CONTRATO.
RECEITAS DA CONCESSÃO	Receitas diretamente relacionadas à execução do OBJETO, inerentes ao uso de áreas, atrativos e instalações conforme listado no CONTRATO.
REPRESENTANTE CREDENCIADO	Pessoa autorizada a representar as LICITANTES em todos os documentos e atos relacionados à LICITAÇÃO.
RESSARCIMENTOS	Combinação dos ressarcimentos: ressarcimento dos estudos autorizados no âmbito da Manifestação de Interesse Privado (MIP) e ressarcimento devido à Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPAR – pela elaboração dos estudos que embasaram a LICITAÇÃO.
SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS	Os serviços que constituirão obrigações da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE e os USUÁRIOS, indicados no ANEXO II – CADERNO DE ENCARGOS.

SESSÃO PÚBLICA ou SESSÃO	Sessão convocada pela COMISSÃO para a etapa de abertura e classificação da PROPOSTA ECONÔMICA e, se for o caso, realização de lances à viva-voz, na forma do EDITAL.
SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO	Conjunto de indicadores e critérios utilizados para avaliar, de forma objetiva, os resultados alcançados em relação à metas e obrigações contratuais, conforme descrito no ANEXO C – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO.
SÍTIO ELETRÔNICO	Sítio eletrônico onde estão divulgados os documentos desta LICITAÇÃO, correspondente a www.ccpa.rio/mapa/bosque/ .
SPE ou SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	Sociedade de Propósito Específico constituída pela ADJUDICATÁRIA, anteriormente à assinatura do CONTRATO, que figurará como CONCESSIONÁRIA.
TERMO DE ARROLAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE BENS REVERSÍVEIS	Documento que integrará os INVENTÁRIOS, a ser mantido e atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.
USUÁRIOS	Todos e quaisquer visitantes dos PARQUES.
VALOR DO CONTRATO	Valor correspondente ao VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, somado a eventual ágio na PROPOSTA ECONÔMICA após a fase de lances.